

HABEAS CORPUS Nº 483.398 - MS (2018/0330233-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
NANCY GOMES DE CARVALHO - MS003459
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : NATALINO BENITES VARGAS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. USO DE DOCUMENTO FALSO E FALSA IDENTIDADE. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA SEGREGAÇÃO CAUTELAR E FORMAÇÃO DA CULPA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO E JÁ DIRIMIDO. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO JULGADOR NA CONDUÇÃO DO FEITO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO MARCADA PARA DATA PRÓXIMA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

1. É certo que o retardo injustificado à prestação jurisdicional viola o Princípio da Duração Razoável do Processo, previsto no art. 5.º, inciso LXXVII, da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 45/2004 (*"a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação"*).

2. Todavia, no caso, não há desídia estatal injustificada e desproporcional, pois a despeito de a prisão processual ter sido decretada em março de 2018, a tramitação do processo-crime – no qual foi suscitado conflito de competência perante este Superior Tribunal de Justiça – ocorre sem que o feito permaneça por longo tempo sem novos andamentos.

3. Ressalte-se que o conflito de competência suscitado junto a esta Corte Superior (CC n.º 160.854) já foi julgado, tendo o Juízo de Direito da 1.ª Vara Criminal de Dourados/MS sido declarado competente para o processo e julgamento dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2003 e o Juízo Federal da 1.ª Vara de Dourados/MS sido declarado competente para o ilícito de uso de documento falso.

4. No mais, conforme informações obtidas no *site* mantido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a audiência foi designada para o dia 03/07/2019 (Processo n.º 0005142-42.2018.8.12.0002), o que indica que a instrução deve ser encerrada em breve e, por conseguinte, afasta a concretização de constrangimento ilegal por desídia estatal.

5. Ordem de *habeas corpus* denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

